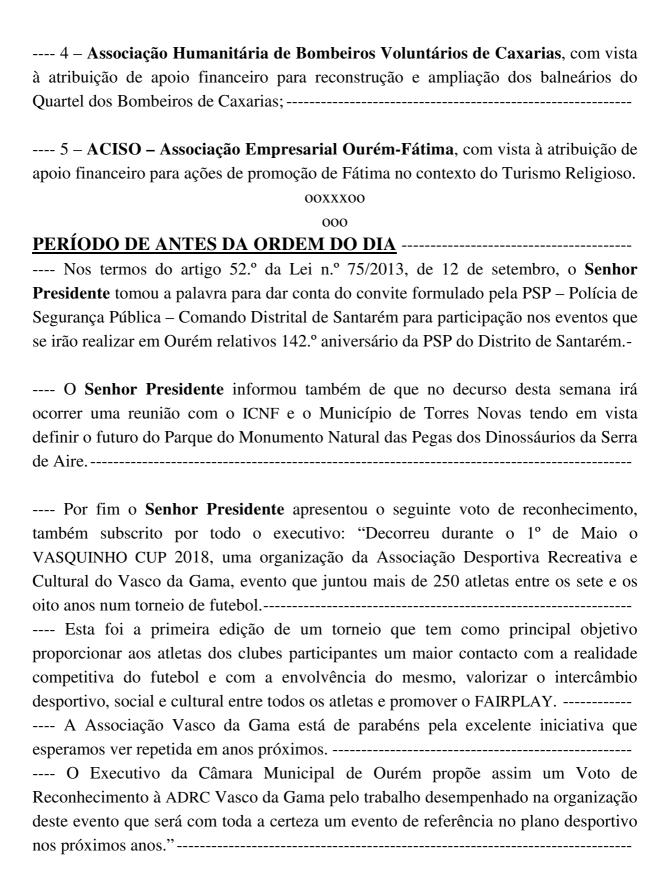


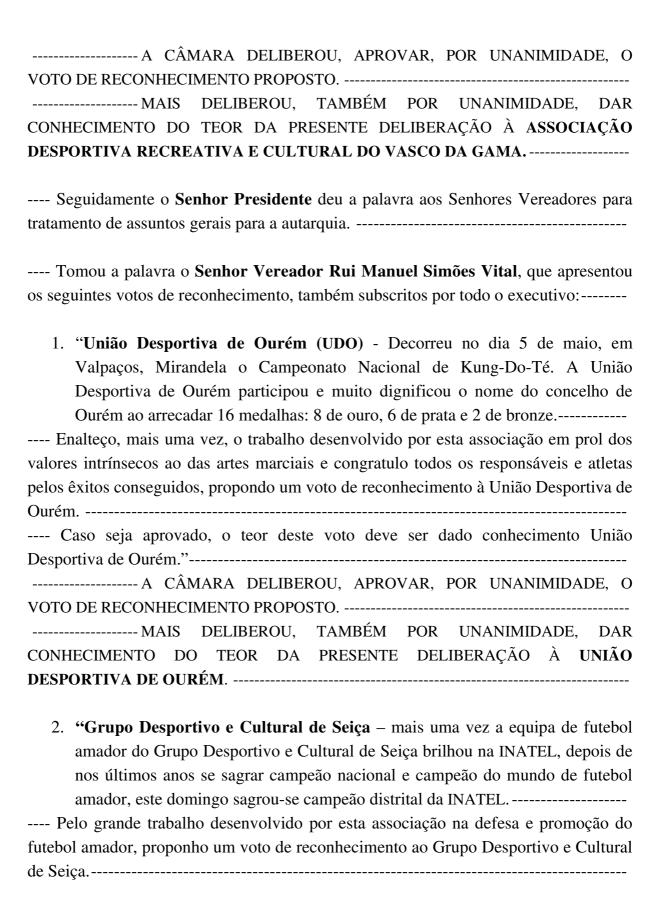
ATA N.º 11 (REUNIÃO PÚBLICA)

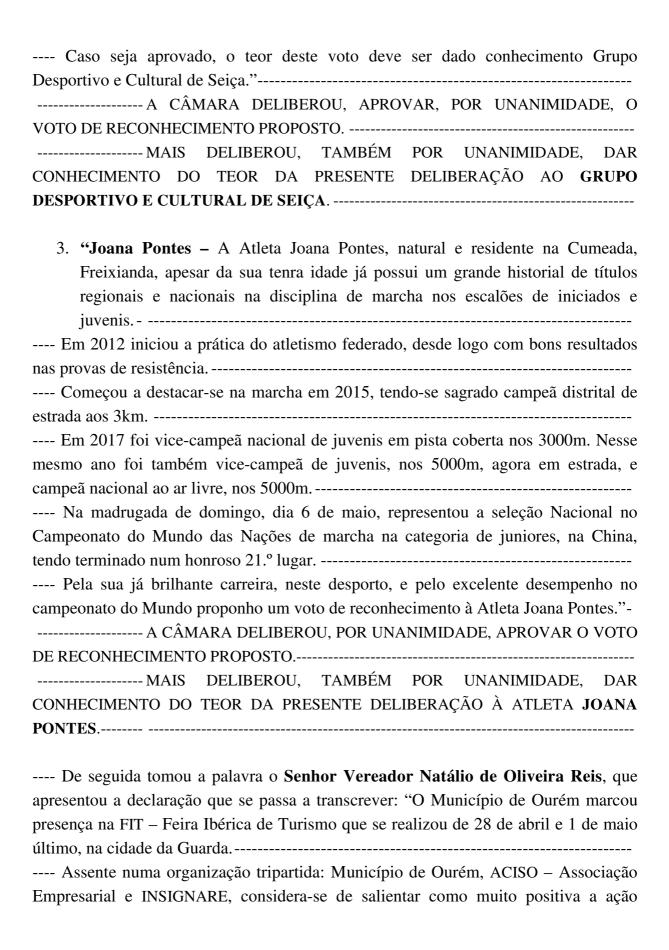
Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de Ourém,
no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu,
ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo
Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO
ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO
NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Fernando Luís Gaspar da
Silva Pereira Marques, em substituição da Chefe da Divisão de Atendimento ao
Munícipe
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
OOO INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a
Câmara começou por ouvir os representantes das associações, convocadas pelo Senhor
Presidente para assinatura de protocolos, mediante a seguinte ordem:
1 – Espite Aventura – Associação do Conhecimento de Espite, com vista à
atribuição de apoio financeiro para a realização do Campeonato de Trial - 2018;
2 – Associação Pias Longas Aero Club (adenda) com vista à atribuição de apoio
financeiro para remodelação do Aeródromo de Pias Longas;
3 - Associação Pias Longas Aero Club, com vista à atribuição de apoio

financeiro para aquisição de mobiliário afeto ao Aeródromo de Pias Longas;-----

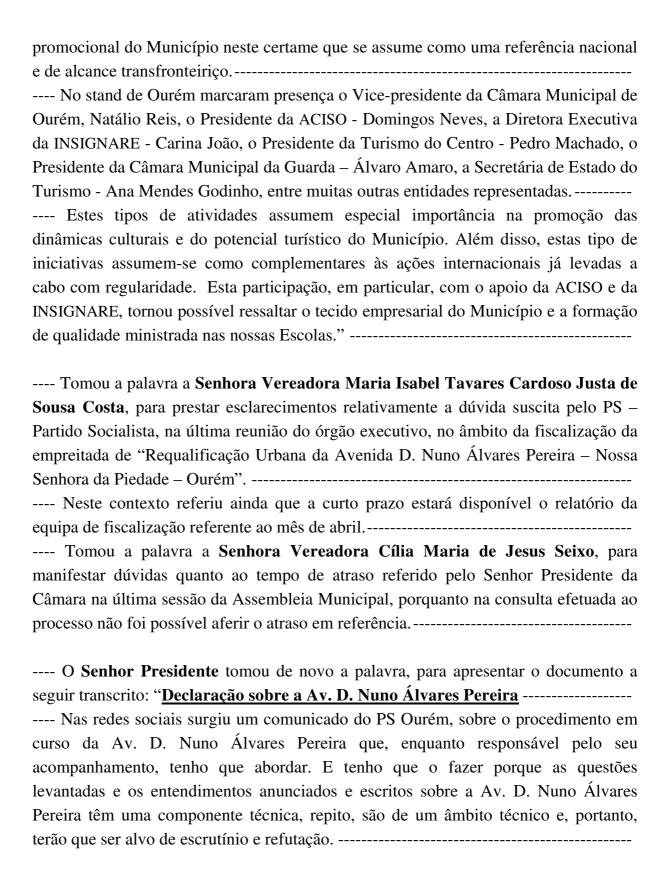








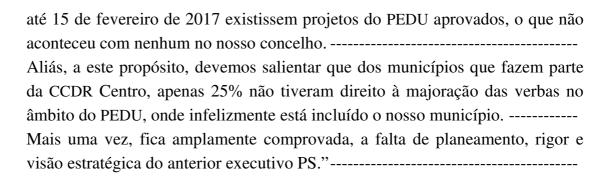


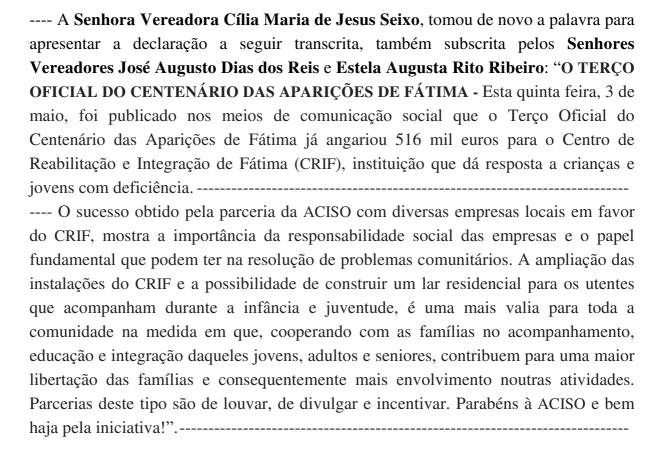




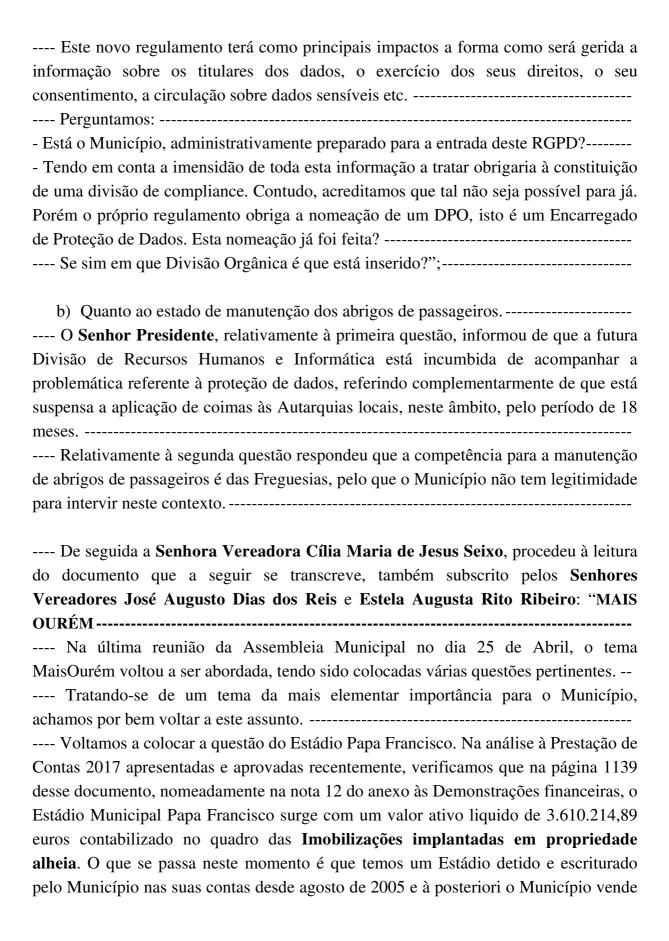
---- Por alguma razão esse post foi apagado, no entanto, das afirmações que me recordo e que dizem respeito a inverdades, importa um verdadeiro esclarecimento, a saber:

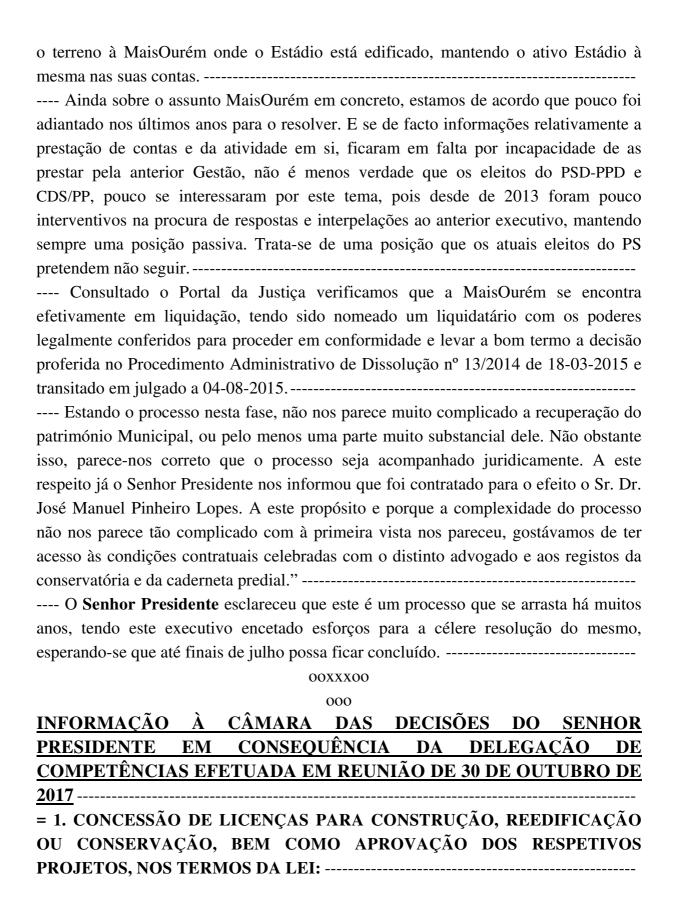
- c) Sobre a questão da majoração/acelerador de investimento: mais uma vez ficamos perplexos com a nova abordagem sobre esta situação, mais vez confusa e incorreta, e que já havia sido explicada em sede de reunião de câmara de 16/02/2018, a propósito de dúvida do Sr. Vereador João Heitor. Esse esclarecimento mantém-se atual, isto é, o município de Ourém não teve direito ao acelerador de investimento, porque este mecanismo só seria válido desde que

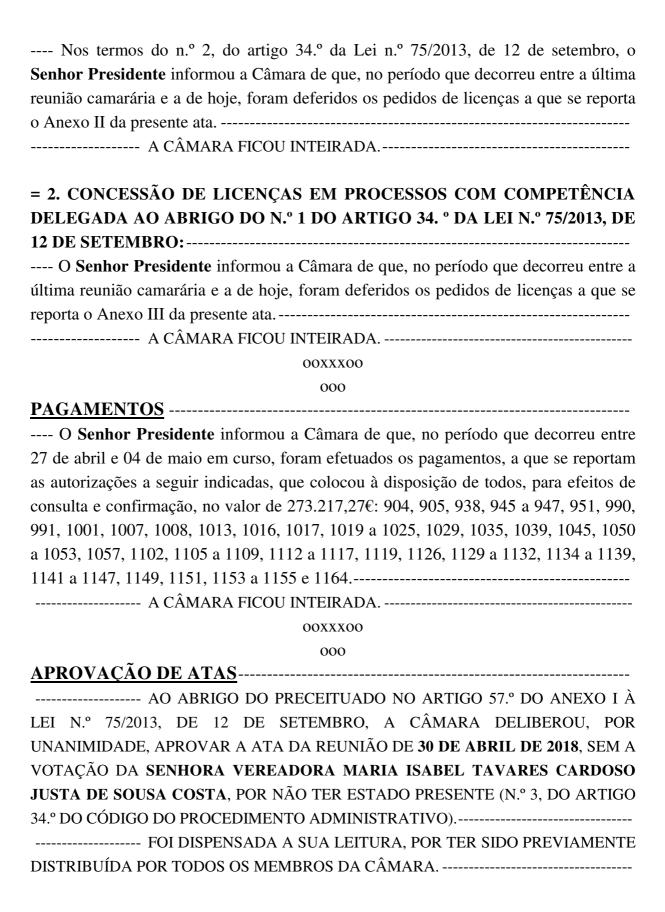




- ---- Seguidamente tomou a palavra o **Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis**, que manifestou as seguintes preocupações, também subscritas pelos **Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo** e **Estela Augusta Rito Ribeiro**: ------
 - a) "Regulamento Geral de Proteção de dados Como é do conhecimento geral, no próximo dia 25 de maio entra em vigor a nova Lei de Proteção de Dados. Este novo quadro legal traz algumas mudanças significativas que naturalmente terão elevado impacto nas organizações.------



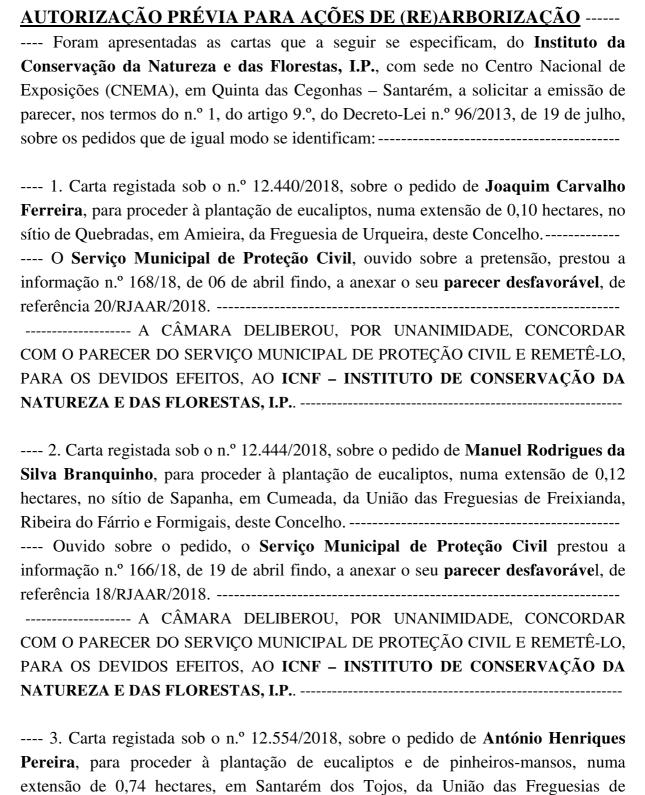




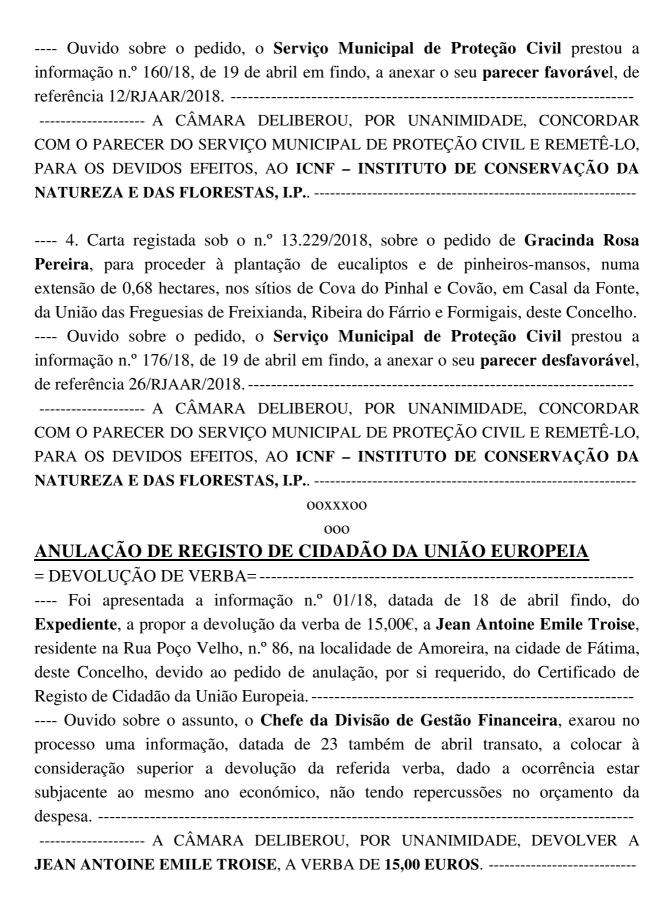


OOXXXOO

000



Gondemaria e Olival, deste Concelho.-----





OOXXXOO

000

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

- ---- A **Divisão de Gestão do Território**, ouvida sobre a pretensão, prestou a informação n.º 137/18, datada de 17 de abril transato, a referir que existem várias construções na parcela.-----
- ---- O Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, ouvido igualmente sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 20 de abril findo, a dar conta de que se trata de um prédio misto e de que apenas se poderá emitir parecer favorável relativamente a prédios rústicos. ------

------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NÃO EMITIR PARECER FAVORÁVEL.

ooxxxoo

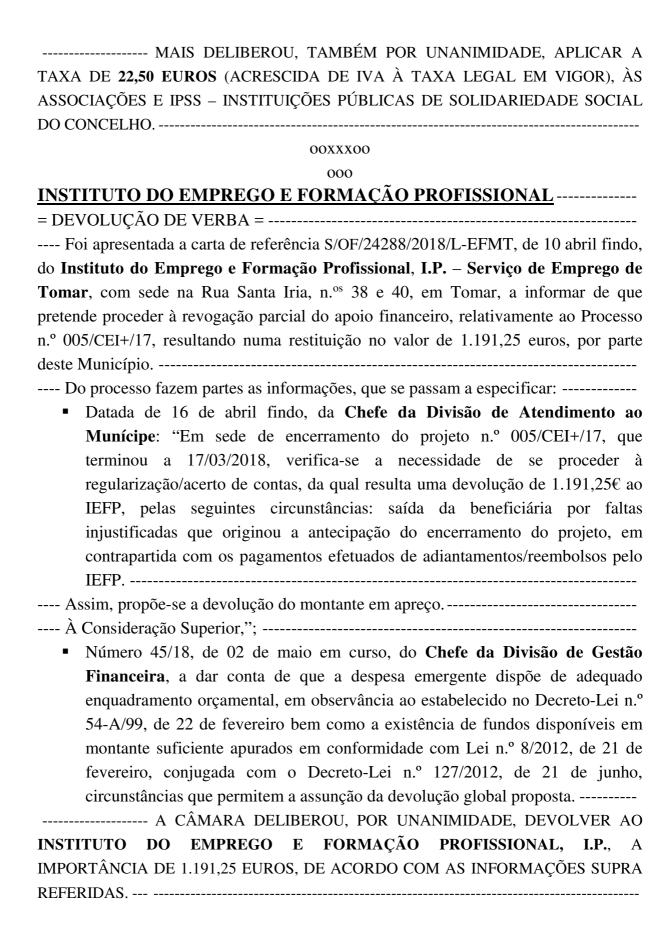
000

LIMPEZA E DESPEJO DE FOSSAS-----

---- No âmbito do assunto supra referido, o **Senhor Vereador Natálio de Oliveira Reis**, prestou a sua informação n.º 16/18, de 07 de março último, que se passa a transcrever: "O limpa fossas da Ourémviva passou a ser propriedade da Câmara Municipal, após a internalização da Empresa Municipal, e é um instrumento de trabalho bastante solicitado, nomeadamente pelas Associações do concelho. ------



---- Neste momento, há necessidade de se definir as normas de utilização do equipamento e, como não está prevista nenhuma tarifa para sua utilização, deixo à consideração do Sr. Presidente em que moldes pode ser cedida, tempo de disponibilidade e para que entidades."--------- Do processo faz também parte a informação n.º 44/2018, de 02 de maio corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que de igual modo se transcreve: "A empresa municipal Ourémviva promovia a limpeza e despejo de fossas na área territorial adstrita ao Concelho de Ourém. --------- Tendo em vista garantir a continuidade na prestação deste serviço aos cidadãos, propõe-se que o Município de Ourém adote o valor praticado pela referida empresa municipal, até à sua inclusão definitiva no âmbito de processo de revisão do regulamento de taxas e outras receitas municipais, circunstância que deverá ocorrer no decurso do presente ano económico. --------- Contudo, note-se que o valor praticado pela Ourémviva (vide documento em anexo) não era igual em todo o território do concelho, efetuando uma discriminação por freguesia, circunstância manifestamente ilegal, porquanto está subjacente um SIEG (Serviço de Interesse Económico Geral), pelo que desde logo, deveremos ter como presentes os princípios da solidariedade e da igualdade de acesso.--------- Consequentemente, propõe-se aplicar o valor de 45 euros em todo o território, considerando que embora possam ser admissíveis atos discriminatórios nas taxas, decorrentes da implementação de políticas públicas que se entendam promover, estas nunca podem contrariar os princípios gerais, designadamente os decorrentes da unicidade do território, não podendo um cidadão ser beneficiado ou prejudicado em virtude da sua mera localização geográfica, porquanto o cidadão não pode sofrer a influência da mera escolha, por exemplo, da localização para o equipamento que irá efetuar a recolha, embora se verifique que a distância percorrida irá ter uma impacto direto nos custos diretos associados. --------- Em suma, propõe-se que o órgão executivo determine a aplicação de 45€ (acrescidos de Iva à taxa legal em vigor), até que seja incluída esta taxa no regulamento de taxas e outras receitas municipais. --------- À consideração superior,".---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APLICAR A TAXA DE LIMPEZA E DESPEJO DE FOSSAS, NO VALOR DE 45,00 EUROS (ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR), EM TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO, ATÉ QUE A MESMA SEJA INCLUÍDA NO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM. ------



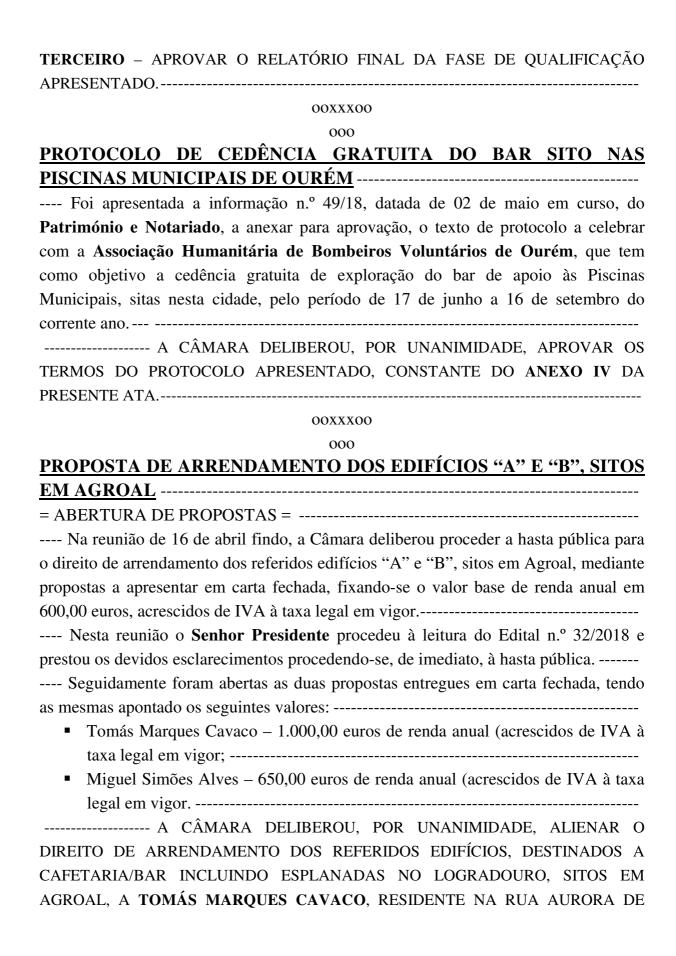


ooxxxoo

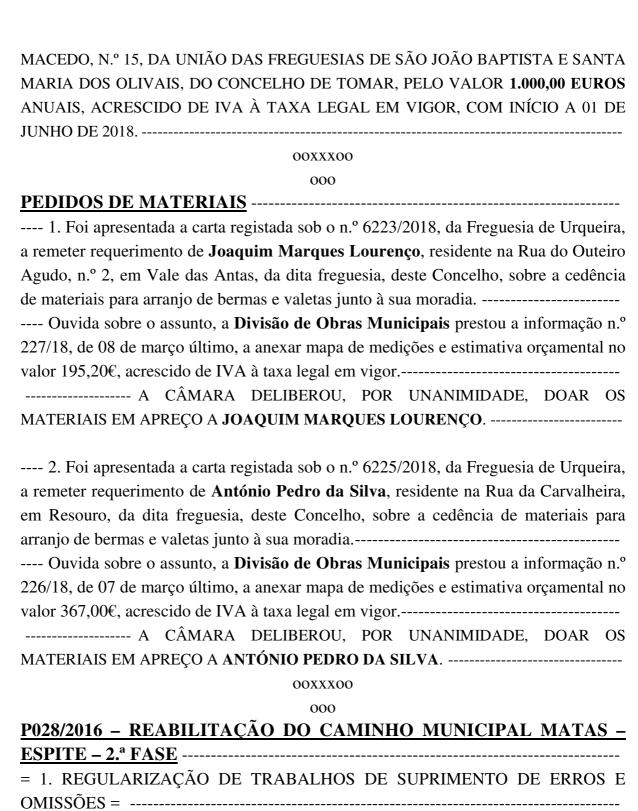
000

<u>P182/2017 – REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES DE</u>
OURÉM E SUA ADAPTAÇÃO PARA ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS
Através da informação n.º 204/18, datada de 30 de abril findo, a Contratação
Pública e Aprovisionamento, anexou o relatório final da fase de qualificação, datado
de 27 daquele mesmo mês, do Júri designado para o citado procedimento, que conclui
conforme se passa a transcrever: "()Assim, e nos termos do artigo 124.º do CCP, o
júri delibera manter o conteúdo do relatório preliminar da fase de qualificação
realizado na reunião de 16 de abril de 2018, com o qual concorda, e para o qual
remete, e que a seguir se anexa, para todos os efeitos legais
O júri ainda delibera:
1 - Propor a qualificação, em conformidade com o n.º 1 do artigo 184º do Código
dos Contratos Públicos, dos seguintes candidatos para a fase seguinte do
procedimento:
- N.º 1 - H TECNIC CONSTRUÇÕES LDA.;
- N.º 4 - Consórcio: ALBERTO COUTO ALVES, S.A e REVIVIS -
Reabilitação, Restauro e Construção, Lda.;
2 - Propor a exclusão da candidatura do concorrente n.º 5 - TECNORÉM -
Engenharia e Construções, S.A. e INOVAQUA - Engenharia e Ambiente, Lda.,
por não ter comprovado o cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica
conforme acima se esquematiza e em conformidade com a alínea i) do artigo 184º do
Código dos Contratos Públicos;
3 – Aprovar a presente ata. ()"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – QUALIFICAR, EM CONFORMIDADE COM O N.º 1, DO ARTIGO 184.º
DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP), OS SEGUINTES CANDIDATOS,
PARA A FASE SEGUINTE DO PROCEDIMENTO:
>H TECNIC CONSTRUÇÕES, LIMITADA;
>CONSÓRCIO: ALBERTO COUTO ALVES, S.A. E REVIVIS -
REABILITAÇÃO, RESTAURO E CONSTRUÇÃO, LIMITADA;
SEGUNDO – EXCLUIR O CONCORRENTE CONSÓRCIO – TECNORÉM –
ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. E INOVAQUA – ENGENHARIA E
AMBIENTE, LIMITADA, POR NÃO TER COMPROVADO O CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, EM CONFORMIDADE COM A
ALÍNEA I), DO ARTIGO 184.º CCP;









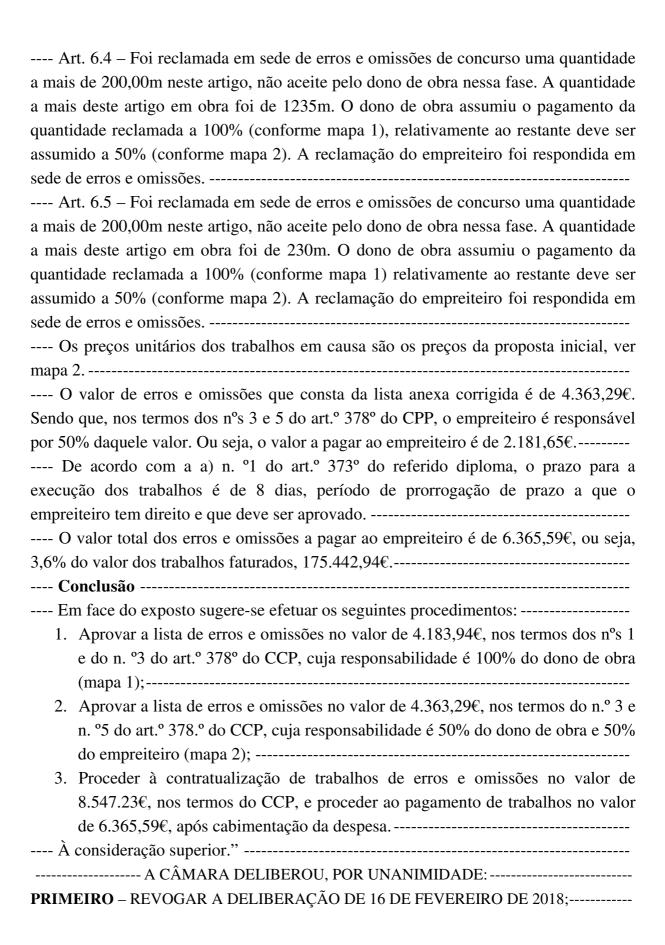
---- No seguimento de reclamação apresentada pela firma **Contec – Construção e Engenharia, S.A.**, adjudicatária da empreitada indicada em epígrafe, na reunião de 16 de fevereiro último, a Câmara deliberou concordar com o proposto nas informações técnicas (n.º 107/18, de 02 de fevereiro transato, da Divisão de Obras Municipais e n.º

8/18, de 05 também fevereiro, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso) então apresentadas e informar a reclamante de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos do artigo 122.º do código do procedimento administrativo, pronunciar-se, por escrito, sobre a eventualidade de tal decisão,--------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 324/18, de 09 de abril findo, da **Divisão de Obras Municipais**, que retifica a informação n.º 107/18, de 02 de fevereiro transato e que se passa a transcrever: "Introdução ---------- Serve a presente comunicação para informar acerca da apresentação de uma reclamação do empreiteiro relativa à lista de erros e omissões referente à empreitada mencionada em assunto. --------- Análise --------- Erros e omissões com responsabilidade do Dono de Obra (n.º 1 e n. º3 do art.º 378.º do Código dos Contratos Públicos, CCP).--------- Verifica-se que as quantidades de alguns trabalhos patenteadas no mapa de trabalhos inicial não são suficientes para realizar a empreitada. --------- Atendendo a que as quantidades patenteadas a concurso foram reclamadas, na fase de formação de contrato conforme se pode ver em anexo, como estando incorretas em sede de erros e omissões e que não obtiveram acolhimento por parte do dono de obra e, constatando-se ainda, que em obra as quantidades previstas ficaram aquém das quantidades necessárias para realizar o trabalho, verifica-se que o dono de obra é responsável pelo custo desses trabalhos nos termos do n.º 1 e do n. º3 do art.º 378.º do Código dos Contratos Públicos, CCP. --------- Os preços unitários dos trabalhos em causa são os mesmos da proposta inicial, ver mapa 1. --------- O valor dos referidos trabalhos, efetuada a correção, é de 4.183,94€.--------- Erros e omissões com responsabilidade partilhada entre Dono de Obra e Empreiteiro (n.º 3 e n. º5 do art.º 378.º do CCP). --------- Apesar de o empreiteiro apresentar, em fase de execução de obra, a lista de erros e omissões, verifica-se que alguns desses trabalhos eram detetáveis na fase de formação do contrato, conforme estipula o n.º 3 e n. º5 do art.º 378.º do CCP.--------- Analisando cada um desses trabalhos, mencionados no mapa 2, em anexo, a situação é a seguinte: --------- Art. 2.3.2 - Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 1 un neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A



quantidade a mais deste artigo foi de 7 un o dono de obra deve assumir o pagamento de 1 un a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro mencionando que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. --------- Art. 2.5 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 6m³ neste artigo, foi aceite pelo dono de obra nessa fase a quantidade de 3m³. A quantidade a mais em obra deste artigo foi de 10,5m³. O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro mencionado que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. ---------- Art. 2.6 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 2,4m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 5,23m². dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro mencionado que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. Foi mencionado pelo dono de obra o desenho onde se encontrava o pormenor em sede de erros e omissões. --------- Art. 3.1 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 125,68m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 400,80m². O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). O empreiteiro executante da obra não reclamou este artigo.------ Art. 3.2 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 251,36m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 801,60m³. O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). O empreiteiro executante da obra não reclamou este artigo.------ Art. 4.2.2 - Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 1256m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 633m². O dono de obra tinha assumido o pagamento de 50%. Na realidade a quantidade a assumir deve ser de 100% (conforme mapa 1). O empreiteiro executante da obra reclamou este artigo. -----





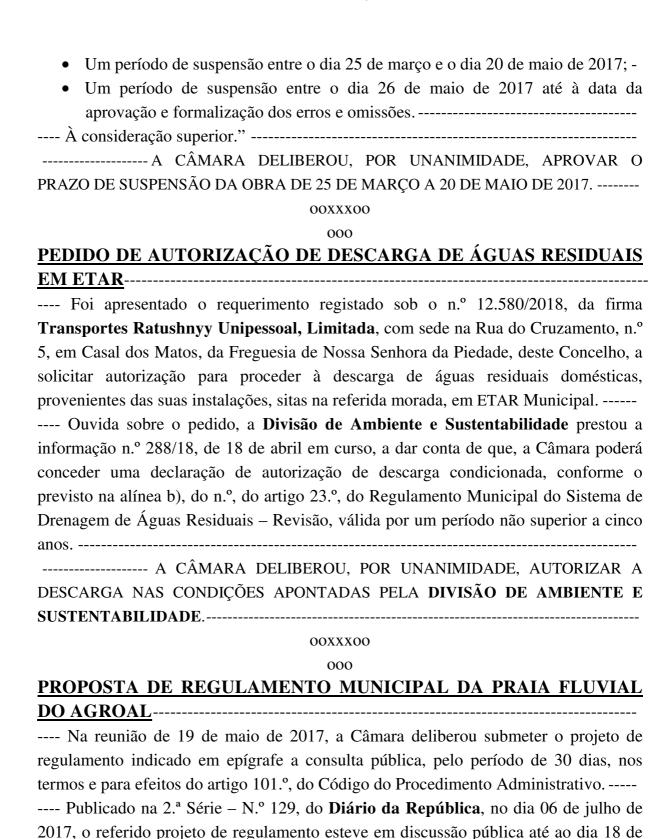


SEGUNDO – CONCORDAR COM O PROPOSTO NA INFORMAÇÃO TÉCNICA ACIMA TRANSCRITA;
TERCEIRO – INFORMAR A FIRMA CONTEC - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA
S.A. DO TEOR DA PRESENTE DELIBERAÇÃO;
QUARTO – INFORMAR AINDA A RECLAMANTE DE QUE PODERÁ, NO PRAZO
MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º DO CÓDIGO DO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A
EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO
= 2. SUSPENSÃO DO PRAZO DA OBRA=
No âmbito do procedimento supra referido, a Divisão de Obras Municipais
prestou a sua informação n.º 330/18, de 10 de abril findo, que na presente reunião foi
apreciada e que a seguir se transcreve: "Introdução
Pretende-se informar relativamente à necessidade de proceder à formalização da
suspensão do prazo da empreitada relativa à "Reabilitação do caminho municipal que
liga Matas a Espite, 2.ª fase"
Análise
Antecedentes:
• A empreitada mencionada em assunto foi adjudicada à firma Contec -
Construção e Engenharia, SA em 01 de julho de 2016, consignada em 30 de
setembro de 2016, com prazo de execução de 180 dias;
• Em reunião camarária de 04 de dezembro de 2017 foi aprovada a realização de
trabalhos a mais no valor de 19.118,09€ cujo contrato foi celebrado em 14 de
março de 2018, por proposta da fiscalização de 20 de setembro de 2017;
 Nessa mesma reunião foi ainda aprovado um período de prorrogação de prazo
de 20 dias a que o empreiteiro tem direito pela realização dos trabalhos a mais;
• O prazo normal de realização da empreitada terminou no dia 29 de março de
2017, contudo dentro dessa data não foi possível concluir os trabalhos do
contrato inicial atendendo a que as condições climatéricas não permitiram a
realização da pintura no pavimento e o alteamento das bermas, trabalhos estes
que só vieram a ser realizados no mês de maio de 2017;
 Encontra-se em fase de aprovação e formalização um processo relativo a erros e
omissões desta empreitada
Em face do exposto é necessário agora proceder à atualização dos prazos de

empreitada para que se possa proceder à faturação dos referidos trabalhos a mais e trabalhos de erros e omissões, a qual só pode ocorrer após a realização do contrato.

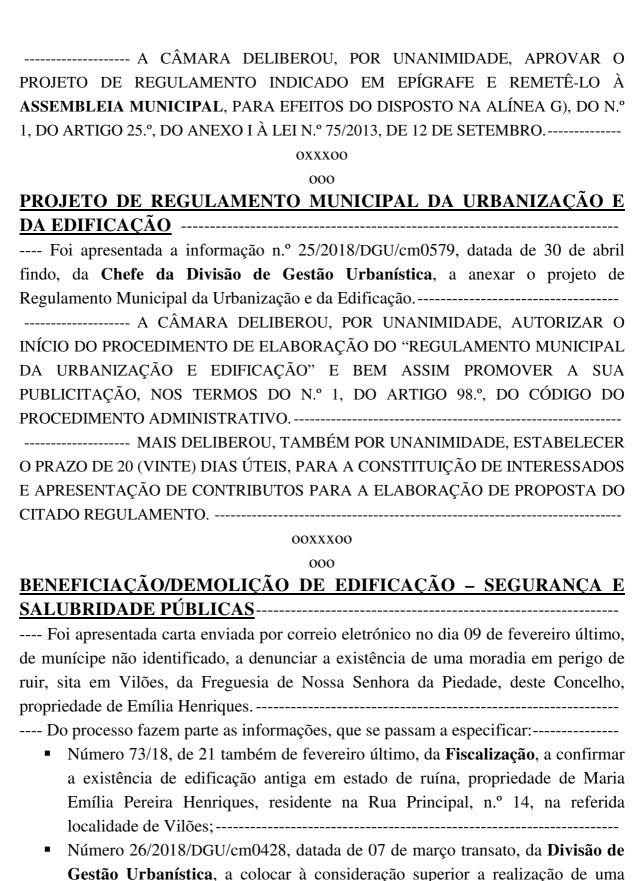
Para tal é necessário proceder à formalização de dois períodos de suspensão de prazo de obra para que os autos de medição a realizar tenham o devido enquadramento no tocante aos prazos de obra. A formalização dos períodos de suspensão deve não só abranger os trabalhos a mais, já aprovados e contratados, como também os trabalhos relativos de erros e omissões que se encontram em fase de aprovação e formalização. ----- Desta forma propõe-se a aprovação dos seguintes períodos de suspensão de obras por iniciativa do dono de obra:-----Um período de suspensão entre o dia 25 de março e o dia 20 de maio de 2017, ao abrigo da b) do art.º 297º do Código dos Contratos Públicos, por impossibilidade de realização da pintura no pavimento dentro do período normal de obra, devido à chuva.-----------Suspensão da execução ------"A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos: -----a) A impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução; ou ----b) A exceção de não cumprimento". -------Um período de suspensão desde o dia 26 de maio de 2017 até à data da aprovação e formalização dos erros e omissões, ao abrigo da b) do art.º 365.º do Código dos Contatos Públicos, devido à necessidade de aprovar e formalizar a contratação de trabalhos a mais (já aprovados e contratados) e de trabalhos de erros e omissões (em fase de aprovação e contratação). -----"Sem prejuízo dos fundamentos gerais de suspensão previstos no presente Código e de outros previstos no contrato, o dono da obra pode ordenar a suspensão da execução dos trabalhos nos seguintes casos: -----a) Falta de condições de segurança;-----b) Verificação da necessidade de estudar alterações a introduzir ao projeto; ----c) Determinação vinculativa ou recomendação tida como relevante de quaisquer autoridades administrativas competentes". ---------- Conclusão ---------- Sugere-se que sejam aprovados os seguintes prazos de suspensão da empreitada,

pelos motivos mencionados, ao abrigo da legislação invocada: -----

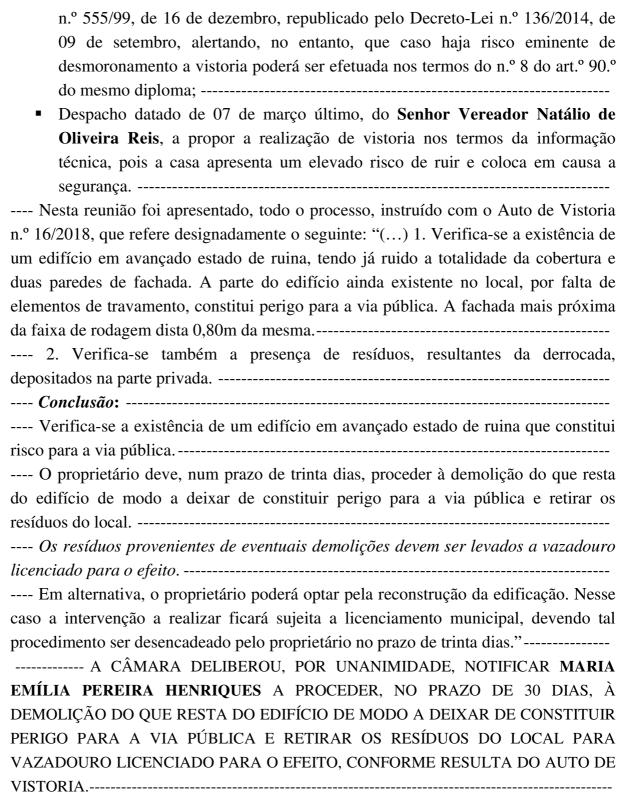


agosto do ano findo, tendo sido apresentada uma exposição referente a alguns aspetos a ter em consideração.-----

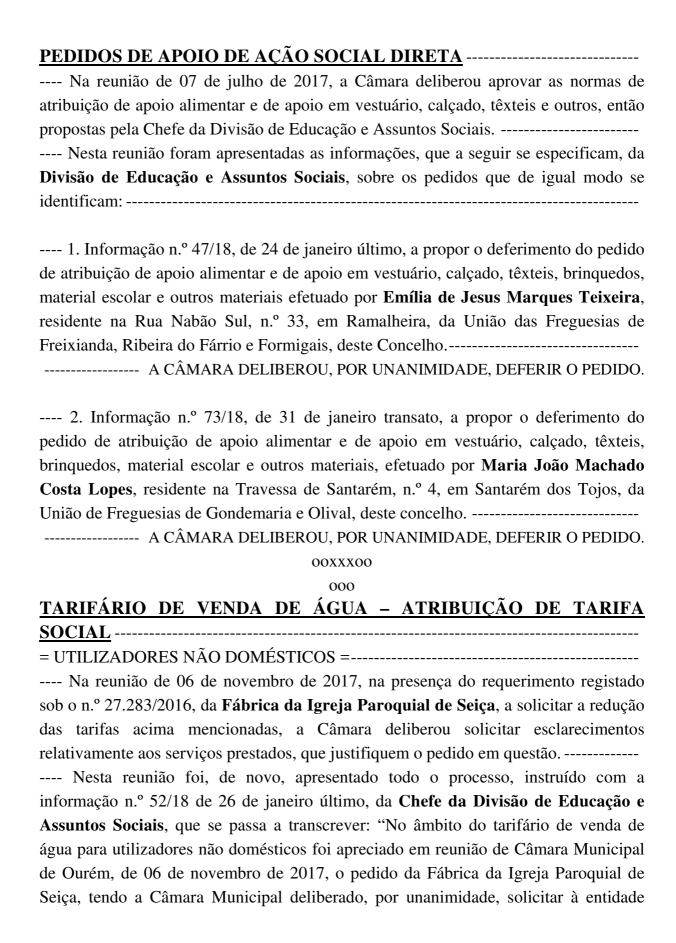




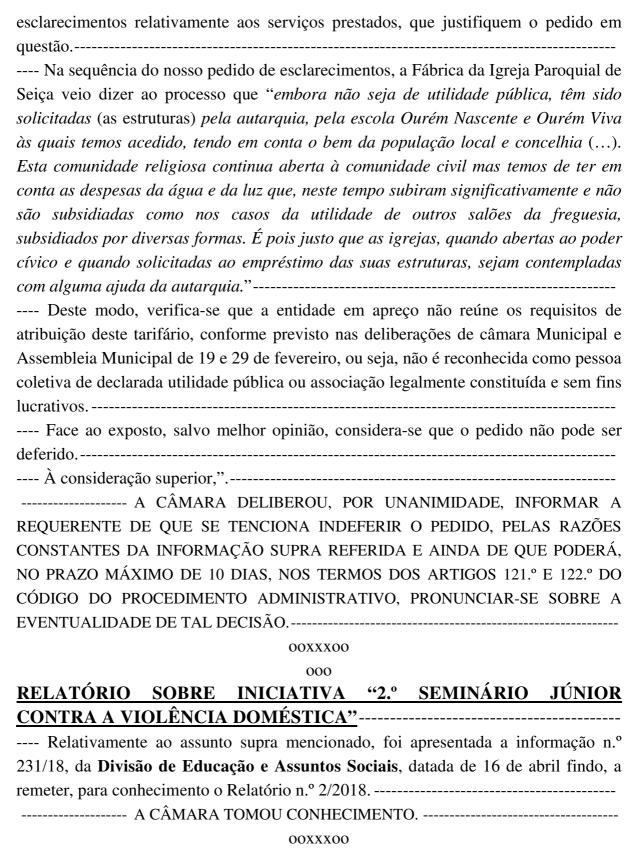
vistoria à moradia em causa, nos termos dos artigos 89.º e 90.º do Decreto-Lei



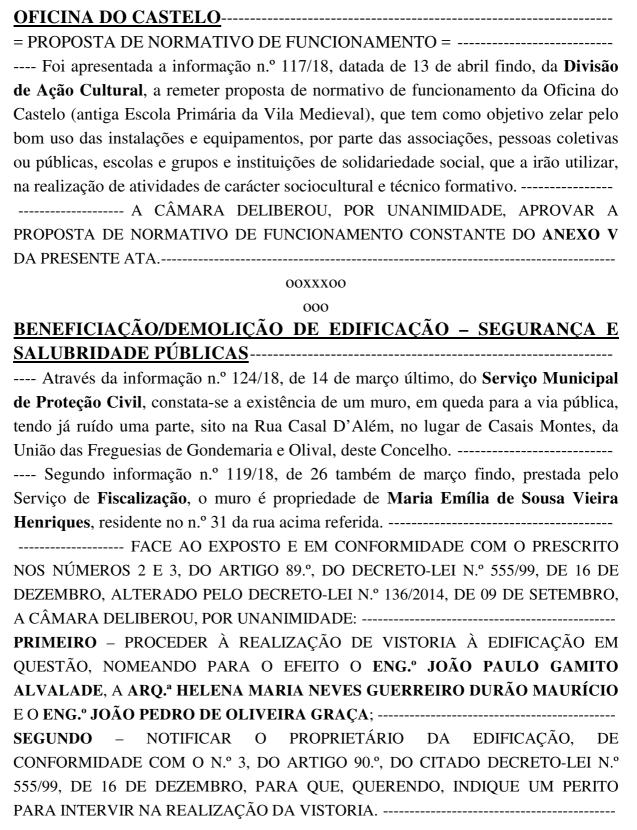










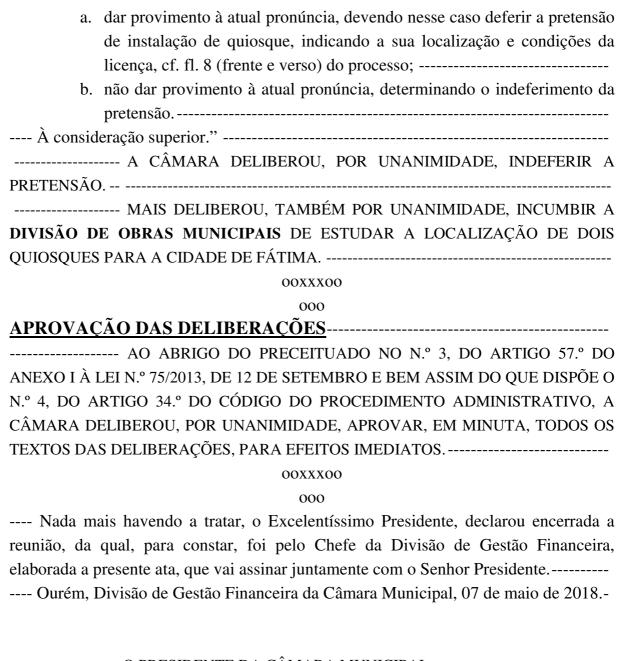




PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Na reunião de 05 de março último, na presença do requerimento registado sob o n.º
4124/2018, de Marco Fernando Rodrigues da Silva, residente na Rua das
Cobranças, n.º 6, em Perulheira, da Freguesia de São Mamede, do Concelho de
Batalha, a requerer licença de ocupação da via pública para instalação de um quiosque,
na Avenida D. José Alves Correia da Silva, na cidade de Fátima, com vista à
organização de atividades de animação turística e recreativas, a Câmara deliberou
informá-lo de que tencionava indeferir o pedido e ainda de que poderia, no prazo
máximo de 10 dias, nos termos do artigo 122.º do código do procedimento
administrativo, pronunciar-se, por escrito, sobre a eventualidade de tal decisão
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com os
documentos que se passam a especificar:
 Carta registada sob o n.º 10.882/2018 do titular do processo, a solicitar, por
motivos que especifica, nova apreciação do pedido em apreço;
■ Informação n.º 57/18, de 27 de março último, do Dirigente da Subunidade
Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos, que se passa a
transcrever: "1. No âmbito da pronuncia que lhe foi comunicada, em sequência
da intenção e indeferimento ao pedido de ocupação de espaço público, com
quiosque, em Fátima, vem o requerente pronunciar-se
2. Indica o requerente que:
a. A falta de estacionamento para a atividade leva a que os veículos tenham
que andar em permanente circulação, o que causa incómodos devido ao
ruído causado;
b. A instalação do quiosque seria um ponto de referência, onde os visitantes
poderiam procurar o serviço prestado pela firma;
c. O quiosque iria transmitir uma imagem e confiança, segurança,
credibilidade e serviço de excelência;
d. Que da atividade dependem dois agregados familiares;
e. Que a atividade promove não só Fátima, como também Ourém e o
Castelo de Ourém;
f. Refere ainda que estão disponíveis para futuras parcerias com o
Município de Ourém, com o objetivo comum de divulgar Fátima e o
concelho de Ourém
g. Termina sublinhando o impacto que o turismo tem no país e região e o
interesse comum em satisfazer quem nos visita
3. Assim, deverá a Câmara Municipal determinar:





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 07/05/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" - ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de ata Reunião de Câmara de 30 de abril de 2018.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 12.440/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Joaquim Carvalho Ferreira;
 - 2. Carta registada sob o n.º 12.444/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Rodrigues da Silva Branquinho;
 - 3. Carta registada sob o n.º 12.554/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de António Henriques Pereira;
 - 4. Carta registada sob o n.º 13.229/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Gracinda Rosa Pereira.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

- = Anulação de registo de Cidadão da União Europeia Informação n.º 1/18, de 18 de abril findo, do Expediente;
- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade Requerimento registado sob o n.º 13.315/2018, de Banco Comercial Português, sobre prédio sito em Carvalhal Casais Espertos, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Limpeza e despejo de fossas Informação n.º 44/18, de 02 de maio em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP Devolução de verba Informação n.º 45/18, de 02 de maio corrente, do Chefe da DGF.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= P182/2018 – Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para Espaços Museológicos – Relatório final da fase de qualificação – Informação n.º 204/18, de 30 de abril findo, da Contratação Pública e Aprovisionamento CPA.

3.2. PATRIMÓNIO

- = Protocolo de cedência de Exploração do Bar das Piscinas Municipais de Ourém Informação n.º 49/18, de 02 maio em curso, do Património e Notariado;
- = Proposta de arrendamento dos edifícios A e B, sitos em Agroal Abertura de propostas.



4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedidos de materiais:
 - 1. Carta registada sob o n.º 6223/2018, da Freguesia de Urqueira, a remeter pedido de Joaquim Marques Lourenço;
 - 2. Carta registada sob o n.º 6225/2018, da Freguesia de Urqueira, a remeter pedido de António Pedro da Silva;
- = P082 Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase:
 - 1. Informação n.º 324/18, de 09 de abril findo, da Divisão de Obras Municipais (DOM);
 - 2. Informação n.º 330/18, de 10 de abril findo, da DOM.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 12.580/2018, da firma Transportes Ratushnyy Unipessoal, Limitada;
- = Proposta de Regulamento Municipal da Praia Fluvial de Agroal Informação n.º 304/18, de 02 de maio em curso, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação Informação n.º 25/2018/DGU/cm0579, da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e Salubridade Públicas Auto de Vistoria n.º 16/2018, de 13 de março último.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Pedidos de Apoio de Ação Social Direta:
 - 1. Informação n.º 47/18, de 24 de janeiro último, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
 - 2. Informação n.º 73/18, de 31 de janeiro último, da DEAS;
- = Tarifário de venda de água pedido de atribuição de tarifa social Utilizador não doméstico Informação n.º 52/18, de 16 de janeiro último, da Chefe da DEAS;
- = Relatório sobre iniciativa "2.º Seminário Júnior contra a violência doméstica" Informação n.º 231/18, de 16 de abril findo, da DEAS.

8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Oficina do Castelo – Proposta de normativo de funcionamento – Informação n.º 231/18, de 16 de abril findo, da Divisão de Ação Cultural.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Beneficiação/demolição de edificação – Segurança e Salubridade Públicas – Informação n.º 119/18, de 26 de março último, da Fiscalização.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Pedido de autorização de ocupação de espaço público – Informação n.º 57/18, de 27 de março último, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos.



Câmara Municipal de Ourém, 2 de maio de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 30-04-2018 a 04-05-2018

Processo nº	Doguerente	Local
Processo II-	Requerente	Locai
671/2018	Emília Neves dos Reis	Avenida Dom José Correia da Silva -Cova da Iria - Freguesia de Fátima
664/2018	Fábio André dos Santos Pereira Faria	Rua Principal – Cidral – Gondemaria – União das Freguesias de Gondemaria e Olival
1913/2017	João Pedro Ferraz Faria	Rua de São Sebastião – Beltroa - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
555/2018	José Eduardo Pereira Faria	Rua dos Álamos, nº 8, Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
619/2018	Manuel Antunes Figueiredo	Vilões – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
2034/2017	Manuel da Neves Santos	Avenida Beato Nuno, nº 160 - Cova da Iria - Freguesia de Fátima
609/2018	Manuel Vieira da Silva	São Sebastião – Freguesia de Atouguia
594/2018	Miguel José de Sousa Freire	Rua do Oeste – Pontes - Freguesia de Caxarias
665/2018	Pedro Miguel de Sousa ferreira Cancela	Vilar dos Prazeres – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
647/2018	Roberto Paula dos Santos Oliveira	Rua Nossa Senhora da Guia, nº 1113 - Casal Branco - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias.
641/2018	Sabrina da Silva Simões	Rua das Hortas, nº 10 - Vale Travesso – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
541/2018	Tiago da Silva Henriques Guia	Rua de Santo António – Casal da Igreja – da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
672/2018	Vítor Manuel Neves Pereira	Boleiros - Freguesia de Fátima

Ourém, 07 de maio de 2018



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 30/04/2018 a 06/05/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
14720	Condomínio Edifício Primitivo	Pedido de inspeção periódica
14523	Jacinta de Jesus Reis Rosa Oliveira	Pedido de inspeção periódica
14932	Congregação N ^a S ^a da Caridade do Bom Pastor	Pedido de inspeção periódica
12947	Arlindo Alves Caldas	Inumação de cadáver
14073	Maria Alexandra Félix da Silva	Inumação de cadáver
12946	António Carlos Reis Major de Oliveira	Inumação de cadáver
12943	Cesaltina Batista Ferreira	Inumação de cadáver
14061	Fábrica da Igreja Paroquial do Cercal	Licença de ruído
12274	Be Water, SA	Licença de ruído
14199	Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	Licença de Ruído

Ourém, 07 de maio 2018

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)



PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OURÉM

CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DO BAR - PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM

Preâmbulo

Considerando que se encontra disponível o "Bar" de apoio ao edifício Municipal designado por Piscinas Municipais de Ourém;

Considerando que é do interesse do Município de Ourém assegurar o funcionamento do bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém, pela importância que isso representa para os utilizadores das Piscinas;

Considerando que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém, com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 273, na Cidade de Ourém, desenvolve um trabalho meritório e digno de registo no apoio à população do Concelho, nomeadamente ao nível da assistência, salvamento e vigilância, considera-se ser a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém a entidade mais ajustada para o explorar o bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém, na certeza que é garantido o pleno aproveitamento e funcionamento do bar, e dos serviços integrados nas funções de apoio às Piscinas Municipais de Ourém, nomeadamente, posto de socorros, comunicações de emergência, vigilância, assistência e salvamento a banhistas.

Neste sentido o Município de Ourém celebra com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém o presente protocolo de cedência gratuita de exploração do bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém, aprovado pelo Órgão Executivo por, em reunião de Câmara de de 2018, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula I

Identificação dos Outorgantes

O presente Protocolo é celebrado entre:



Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o nº 501 280 740, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque.

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém, pessoa coletiva n.º 501 202 749, adiante designada como Segunda Outorgante, devidamente representada pelo Presidente da Direção, o Senhor Rui Manuel dos Santos Neves.

Cláusula II

Objeto

Constitui objeto do presente Protocolo a cedência gratuita de exploração do bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém por parte do Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante;

Cláusula III

Período de Vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos do protocolo, o período de vigência deste Protocolo é de 17 de junho a 16 de setembro, não sendo o mesmo renovável.

Cláusula IV

Alterações ao Protocolo

- 1. Qualquer alteração ou adaptação, aos termos do presente Protocolo, carece de prévio acordo escrito de ambos os Outorgantes;
- Eventuais alterações ou adaptações que venham a ser acordados nos termos do ponto anterior, serão alvo de adenda ao presente Protocolo, passando dele a fazer parte integrante.

Cláusula V

Direitos e Deveres do Primeiro Outorgante

- 1. O Primeiro Outorgante compromete-se a ceder gratuitamente a exploração do bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém;
- 2. O Primeiro Outorgante reserva para si o direito de efetuar vistorias às condições de funcionamento do bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém.



Cláusula VI

Direitos e Deveres da Segunda Outorgante

- A Segunda Outorgante será responsável pelo normal e prudente funcionamento do bar de apoio às piscinas Municipais de Ourém, durante o período de 17 de junho a 16 de setembro, de terça a domingo das 10H00m às 20H00m de acordo com os elevados padrões de qualidade;
- 2. Manter em bom estado de utilização e conservação o mobiliário e/ou equipamento existente;
- 3. A instalação de qualquer outro mobiliário e /ou equipamento necessário ao bom funcionamento dos serviços prestados;
- 4. A Segunda Outorgante será responsável pelos encargos de energia elétrica, água e gás inerentes ao bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém;
- 5. Assegurar obrigatoriamente a vigilância, salvamento e assistência a banhistas e utilizadores da Piscina, nos termos previsto na Lei por 2 nadadores salvadores, durante o período de 17 de junho a 16 de setembro, de terça a domingo das 10h00m às 20h00m;

Cláusula VII

Devolução do espaço, mobiliário e/ou equipamentos

Aquando do *términus* do presente protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Devolver ao Município de Ourém o bar de apoio às Piscinas Municipais de Ourém, livre de qualquer ónus ou encargos;
- b) Devolver o mobiliário e /ou equipamento cedidos, no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VIII

Casos Omissos

As questões omissas no presente Protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

Cláusula Única

O presente Protocolo contém quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades outorgantes, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.

Presidente da Direção da Associação



	Ourém, de de 2018
O Primeiro Outorgante O Município de Ourém	A Segunda Outorgante Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém
Luís Miguel Marques Grossinho	Rui Manuel dos Santos Neves

Coutinho Albuquerque Presidente da Câmara



NORMATIVO DE FUNCIONAMENTO

OFICINA DO CASTELO

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- 1. O presente normativo estabelece as normas relativas à gestão, funcionamento e utilização da Oficina do Castelo, sito na rua de S. José, da Vila Medieval de Ourém, inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo matricial nº 1730 da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém, sob o nº 6405 da mesma freguesia.
- 2. O espaço é constituído por:
 - duas salas independentes;
 - dois espaços de arrumos;
 - quatro WCs.

OBJETIVOS

- 1. Face à importância que este espaço reveste na dinâmica do Município, julga-se oportuno regulamentar as condições da sua utilização, elaborando um conjunto de normas que garantam o respeito e zelo pelas suas instalações e equipamentos, por parte de todos os que os utilizam, estabelecendo concomitantemente critérios para apurar responsabilidades e para ceder o espaço a determinadas entidades ou grupos de pessoas, quando necessário.
- 2. O espaço é passível de ser utilizado por associações, pessoas coletivas ou públicas, escolas, grupos e instituições de solidariedade social.
- 3. Os espaços destinam-se à realização de atividades de carácter sociocultural e técnico-formativo. Não poderão ser cedidos para a realização de atividades julgadas desadequadas às estruturas disponíveis.

ORGÂNICA

1. A Oficina do Castelo encontra-se integrada organicamente no Município de Ourém, inscrevendo-se a sua gestão na Divisão de Ação Cultural.



PROCEDIMENTO DE REQUISIÇÃO DA CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES

- 1. A cedência das instalações será gerida pelo Município de Ourém Divisão de Ação Cultural, mediante a pré-reserva por parte dos interessados.
- 2. Consideram-se dois tipos de cedência:
- a. Regular que prevê a utilização das instalações em dias e horas previamente fixadas ao longo do ano;
- b. Pontual que implica a utilização das instalações esporadicamente.
- 2. Todos os pedidos de utilização regular ou pontual das instalações deverão ser efetuados por escrito para o Município, através do preenchimento e envio do formulário apresentado no **Anexo I**, para o seguinte email: museu@mail.cm-ourem.pt, indicando obrigatoriamente:
- a. Identificação da entidade ou indivíduo requerente;
- b. Morada e contacto telefónico da entidade ou indivíduo requerente;
- c. Horas e dias pretendidos;
- d. Atividades a desenvolver;
- e. Número aproximado de utilizadores;
- f. Identificação do responsável.
- 3. Todos os pedidos de utilização sujeitar-se-ão, à ordem das datas de entrada dos mesmos, no respeito das prioridades de utilização definidas pelo Município de Ourém.
- 4. Os pedidos de cedência de instalações de carácter regular, deverão ser efetuados com antecedência mínima de 15 dias.
- 5. Os pedidos de cedência pontual das instalações deverão ser efetuados com a antecedência mínima de 5 dias.
- 6. A reserva ficará finalizada mediante a confirmação por parte do Município.
- 7. O levantamento das chaves deverá ser feito na Galeria da Vila Medieval de Ourém no seguinte horário: terça a domingo, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00.



- 8. A entrega das chaves deverá ser feita no mesmo local e horário acima referido, logo após a sua utilização.
- 9. O Município reserva-se no direito de utilizar as instalações para eventos por si promovidos ou apoiados, comunicando essa pretensão aos utentes regulares com a devida antecedência.
- 10. A entidade requerente é responsável pela segurança do espaço, e dos participantes durante a realização de quaisquer atividades.
- 11. Os utilizadores deverão manter o espaço mencionado em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.
- 12. Compete ao Município de Ourém:
- a. realizar a limpeza, manutenção e reparação das instalações;
- b. efetuar o pagamento das despesas do fornecimento de água e luz.

TAXAS DE UTILIZAÇÃO

1. A Oficina do Castelo é cedida a título gratuito.

DÚVIDAS E OMISSÕES

1. Os casos omissos e as dúvidas resultantes da aplicação da presente Norma serão resolvidos por despacho do Presidente da Câmara.

ENTRADA EM VIGOR

1. A presente Norma entra em vigor após deliberação em reunião de executivo da Câmara Municipal de Ourém e no dia seguinte à sua publicação no site do Município através da hiperligação: http://www.ourem.pt/.